



CRISE INSTITUCIONAL

Em que posição ficará o Judiciário?

Mais uma vez o governo atropelou a autonomia constitucional do Judiciário. Na proposta orçamentária enviada pelo Executivo ao Legislativo ontem (31/8), para inclusão na PLOA 2012, não constam da Mensagem de encaminhamento ou do anexo V os valores necessários para a implementação dos PLs 6613 e 6697.

Agora, fica a pergunta: em que posição ficará o Judiciário? Vai assumir publicamente sua submissão ao governo ou vai gritar sua independência? Se for coerente com seus últimos julgados, o STF terá de condenar o Executivo, assim como tem feito em diversos estados, por interferir unilateralmente no orçamento do Judiciário. Os servidores esperam que Peluso assumira a defesa da categoria e defenda seus interesses.

MÍDIA DENUNCIA AUTORITARISMO – Os jornais de hoje (1º/9) dão destaque ao fato dos servidores do Judiciário estarem sem reajuste. No dia 31/8, matéria do *Estado de S. Paulo* afirmou que o governo enviou, em segredo, uma comitiva de ministros ao STF para tentar fazer o presidente Peluso engolir a seco a determinação do Executivo de não conceder quaisquer aumentos salariais para o Judiciário.

Segundo a matéria, Guido Mantega (Fazenda), Miriam Belchior (Planejamento), José Eduardo Cardozo (Justiça) e Luis Inácio Adams (Advocacia Geral da União) não foram negociar com o STF, mas simplesmente comunicar uma decisão já tomada, desrespeitando completamente a autoridade do Judiciário.

DISPUTA NO LEGISLATIVO – Segundo a Constituição, embora os Poderes sejam independentes, precisam ser harmônicos. Em uma crise pública como essa entre Executivo e Judiciário, cabe ao Legislativo tentar dirimir os conflitos. A Comissão de Finanças e Tributação havia se comprometido a votar o PL 6613 no início de setembro e não deve recuar em seu compromisso.

O Legislativo também precisa respeitar a autonomia constitucional do Judiciário e frear os arroubos do Executivo. Vamos pressionar os deputados para que eles não endossem a decisão unilateral do governo, aumentando uma crise institucional com consequências incertas. Os servidores podem se preparar para uma grande disputa no Congresso. Além de saber em que posição ficará o Judiciário, precisamos saber em que posição ficará o Legislativo.

Sindjus já prepara Adin

Em defesa do PCCR, o Sindjus já prepara uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) por omissão, contra a não inclusão do reajuste na PLOA 2012. Segundo o advogado Renato Borges Barros, do escritório Ibaneis Rocha, o Judiciário tem autonomia constitucional administrativa, política e financeira para incluir sua proposta no orçamento. Quando ele encaminha os recursos para o PL 6613, por exemplo, está se valendo de uma competência jurídica que não pode ser violada.

“O Executivo só pode interferir se o gasto ultrapassar a cota do Judiciário. Se estiver nesse limite, não pode deixar de colocar na LOA. Isso é inconstitucionalidade por omissão. Já há decisão do STF em alguns estados reconhecendo essa omissão”, afirmou Renato.

Segundo o advogado, a Adin ataca diretamente a LOA. Caso ela seja aprovada no Congresso, a ação obriga que seja corrigida pelo Judiciário para incluir os gastos do reajuste. Ao invés de serem incluídos na PLOA, seriam incluídos na própria LOA 2012. No ano passado, o Executivo tirou e ninguém questionou. Agora, o cenário é outro.



FERNANDA SILVA

Renato Barros: “Isso é inconstitucionalidade por omissão”

MOBILIZAÇÃO

Envie carta para a CFT

O Sindjus disponibilizou em seu site mais uma carta eletrônica assinada pelos servidores do Judiciário para ser encaminhada aos membros da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados.

O documento pede para que os deputados honrem o compromisso que fizeram no início de julho de votar o PL 6613/09 na primeira quinzena de setembro. O Executivo cortou a proposta encaminhada pelo Judiciário, mas podemos reverter isso durante a tramitação do projeto no Congresso.

A carta explica o cenário atual no qual a responsabilidade do Legislativo só faz crescer, uma vez que precisa mediar os conflitos entre os Poderes Executivo e Judiciário. Também aborda a Adin que está sendo elaborada pelo Sindjus.

Acesse nosso site e envie essa carta. Mais uma vez, nossa mobilização fará a diferença. Espalhe essa ideia para seus colegas de trabalho.

PGR manda nova proposta ao Congresso

Sem que houvesse a tão esperada negociação, a PGR enviou um novo projeto de revisão da Lei 11.415/06 ao Congresso Nacional na noite de ontem (31), com base na remuneração por subsídio e tabelas salariais que versam reajustes de até 108%.

Na prática, a situação dos servidores do MP continua a mesma, uma vez que não houve negociação com o governo para a nova proposta e a anterior estranhamente continua tramitando. Para piorar o contexto, o governo não enviou ao Legislativo os valores necessários ao reajuste dos servidores do Ministério Público.

Essa nova proposta, se realmente for adiante, terá de percorrer novamente todas as comissões, inclusive a Comissão de Trabalho, uma vez que traz alteração de mérito em relação ao PL 6697/09. Por hora, tudo ainda continua bastante indefinido.



Categoria aprova contas do Sindjus

No dia 29 de agosto, em assembleia ordinária, o Sindjus realizou a maior assembleia de prestação de contas de sua história. Trezentos e vinte e quatro filiados compareceram ao TST para votar as contas do sindicato referentes ao período de maio de 2009 a maio de 2011. A opinião geral foi de que não havia qualquer irregularidade nas contas, que foram aprovadas sem nenhum voto em contrário. Confira no nosso site a edição de agosto da Revista do Sindjus, que traz o balanço social do sindicato.